

Reprodução social e laços de parentesco da elite do município de São Carlos/SP – 1873 a 1904

Carla Fernandes da Conceição¹

Resumo: No período compreendido entre a passagem do Império para a República, os fazendeiros de café paulistas compunham a elite econômica e política nas esferas municipal, estadual e federal. Estes fazendeiros formavam um grupo coeso a fim de exercer o domínio, a hegemonia e a legitimação do poder local viabilizados por interesses em comum e por uma rede de parentesco que lhes permitiam perpetuar e reproduzirem-se socialmente. Partindo de uma perspectiva da Sociologia Histórica, este artigo analisa as estratégias matrimoniais utilizadas por fazendeiros de café do município de São Carlos, entre os anos de 1873 a 1904, a fim de se manterem no poder, conservarem suas riquezas, terem cargos políticos locais.

Palavras-chave: São Carlos; Elites; Fazendeiros de café; Estratégias matrimoniais; Reprodução social

Abstract: Through the transition from Empire to Republic in Brazil, coffee farmers constituted the economic and political elite on the municipal, state and federal levels. These farmers formed a cohesive group to exercise dominion, hegemony and legitimacy of local government enabled by common interests and a kinship network that allowed them to perpetuate and reproduce socially. Starting from a Historical Sociology perspective, this article analyzes therefore matrimonial strategies used by these coffee farmers in the city of São Carlos, between 1873-1904, in order to remain in power, retain their wealth, have local political positions.

Keywords: São Carlos. Elites. Coffee Farmers. Matrimonial Strategies. Social Reproduction

Introdução

O período compreendido entre meados e final do século XIX é permeado por várias mudanças econômicas, sociais e políticas ocorridas no Brasil. Tomando o aspecto econômico, o café substituiu a cana-de-açúcar como produto base da economia do país. Este cenário, foi fundamental para a expansão das lavouras de café, principalmente para o planalto do oeste de São Paulo, onde se inclui o município de São Carlos, visto que esta vasta região apresentava condições topográficas, pluviométricas e térmicas, bem como, disponibilidade de terras ideais para o cultivo do café. A mão de obra utilizada na lavoura do café também sofreu grandes alterações neste período com a substituição do trabalho escravo pelo livre. No âmbito político, a grande alteração ocorre com a instituição do regime Republicano, por meio da primeira República (1889-1930). Grupos, como a burguesia cafeeira e a classe média urbana, impulsionaram o movimento republicano como também a concretização da autonomia estadual que possibilitou a formação de partidos políticos republicanos em cada Estado (Fausto, 2003).

Em meio a todas essas mudanças, o município de São Carlos floresce e desabrocha. A data de fundação do município é de 1857. Voltado, inicialmente, a uma economia de

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

subsistência e apenas para atender o comércio de tropeiros que passavam pela cidade, São Carlos tem o seu período de grande crescimento a partir das últimas décadas do século XIX. Este progresso foi impulsionado pelo cultivo de café, que proporcionou grandes colheitas e o destaque deste município do oeste paulista como um dos maiores produtores (Truzzi, 2007). Neste cenário, os fazendeiros de café compunham a elite local, exerciam influência econômica e política no município de São Carlos facilitados por arranjos familiares. A rede de parentesco, mantida através da endogamia, era alcançada pelo estabelecimento de laços de consanguinidade ou de afinidade adquiridos pelos matrimônios. Com esta prática, a manutenção das posses, a continuidade das influências, dos privilégios, a possibilidade de integração e ascensão social estariam garantidos através destes vínculos estabelecidos pelos casamentos.

Neste contexto, este artigo procurou investigar as estratégias matrimoniais viabilizadas por membros da elite do município de São Carlos, nos anos de 1873, 1896 e 1904, como um meio de acesso e manutenção de suas riquezas, de cargos políticos locais, títulos nobiliárquicos e de destaque econômico. Ou seja, buscou-se compreender como esta elite local reproduziu-se socialmente e se manteve nas últimas décadas do século XIX, período decisivo para a consolidação do município como um dos mais significativos da economia cafeeira paulista, através dos laços de parentesco.

Para compreender as estratégias matrimoniais mantidas e adquiridas pelas famílias de elite do município de São Carlos, a Genealogia Paulistana, escrita pelo engenheiro ferroviário Luís Gonzaga da Silva Leme², foi utilizada exaustivamente. Além desta fonte, alguns inventários, como também livros biográficos, artigos diversos sobre personalidades do município, o livro “Caminhos do Tempo” de Carlos Damiano, dados sistematizados e disponibilizados no livro Fontes Estatístico-Nominativas da Propriedade Rural em São Carlos (1873 – 1940)³, na listagem de vereadores dos referidos anos e, também, nos Almanques do município de São Carlos.

Os anos escolhidos abarcaram várias mudanças econômicas, políticas e sociais que influenciaram nas estratégias bem como na reprodução social das elites do município de São Carlos. O primeiro ano a ser analisado foi 1873 por conter os primeiros dados dos fazendeiros

² A Genealogia Paulistana é uma obra histórica-genealógica escrita pelo engenheiro ferroviário Luís Gonzaga da Silva Leme no período de 1903 a 1905. Possui 9 volumes e cerca de duas mil páginas. Atualmente, a Genealogia Paulistana encontra-se online, o que facilita a pesquisa sobre as famílias mais relevantes no povoamento de São Paulo e do interior do Brasil. Para consulta online, acessar: <http://www.arvore.net.br/Paulistana>.

³ TRUZZI, Oswaldo M. S. (Org.) Fontes Estatístico-Nominativas da Propriedade rural em São Carlos (187-1940). São Carlos: EdUFSCar, 2004. (Coleção Nossa História). 212p.

da região de São Carlos (fundada em 1857), e por estar ainda no período de mão de obra escrava e no regime monárquico. Para este ano, foi consultado, especificamente, uma listagem nominativa, sem dados estatísticos. Transformações são esperadas após 1888 e 1889, devido aos eventos da Abolição da escravidão, da intensificação da imigração europeia, da Proclamação da República e do início da política do café com leite pelos estados de São Paulo e Minas Gerais, respectivamente. Assim, o segundo recorte considerado é o ano de 1896. Já o ano de 1904 foi escolhido por ainda estar próximo do início da República e, também, por abarcar características econômicas relacionadas à produção de café no município de São Carlos.

É certo que, para analisar as estratégias matrimoniais, um trabalho anterior também teve de ser feito para pontuar quais eram as famílias de elite mais importantes do município de São Carlos, visto que estas eram as que mais possuíam uma rede de parentesco estabelecida pelos laços de consanguinidade ou afinidade. Assim, na primeira sessão analisou-se a configuração nominativa, econômica e política das famílias dos fazendeiros que compunham a elite econômica e política do município de São Carlos nos anos de 1873, 1896 e 1904. E, após estas análises, voltou-se a compreender as estratégias matrimoniais mantidas e estabelecidas por esta elite.

1. Elite e suas facetas

Utilizando-se da teoria das elites e de estudos empíricos realizados sobre o poder local em São Carlos, definiu-se, genericamente, elite como sendo um conjunto de indivíduos possuidores de poder econômico, político, ideológico, cultural que, unidos por interesses em comum e por meio de suas redes de parentesco, tentam formar um grupo coeso a fim de exercer o domínio, a hegemonia e a legitimação do poder local.

Segundo Mosca (1939), em toda sociedade há uma minoria privilegiada (formada pelos governantes) e uma maioria subordinada. Este autor pontua critérios de distinção entre a minoria privilegiada e a maioria subordinada como possibilidade de agregação à classe política, sendo eles o valor militar, a riqueza, o nascimento e o mérito pessoal. O valor militar exerce um papel fundamental, mesmo nas sociedades contemporâneas, em momentos de “desordem” social. A riqueza, por sua vez, é definida como critério real de participação na vida política (Hollanda, 2011). A força política da riqueza, para Mosca, reside em si mesma graças às vantagens que, necessariamente, confere a quem a possui (Albertoni, 1990). Referindo-se ao nascimento, este situa os homens em um universo de conhecimentos, valores e postura que os aproxima ou não dos modos de vida da minoria dominante. Já o mérito

(pessoal), segundo Mosca, advém da qualificação pessoal, como diplomas e títulos. Ele não possui valor em si só, precisa ser reconhecido oficialmente. O mérito pessoal, portanto, poderia superar os efeitos sociais das marcas de origem (Hollanda, 2011). É importante salientar que estes critérios não são anunciados pela elite, mas são utilizados por ela implicitamente a fim de legitimar o seu poder.

Analisando as elites em Pareto, é possível afirmar que a sociedade está dividida em duas camadas, a inferior e a superior. Como parte da camada inferior, inclui-se a classe não eleita, os sujeitos menos capazes. Como parte da camada superior, inclui-se a classe eleita, sendo que esta pode se subdividir em classe governante e a classe eleita não governante. Por classe eleita do governo (ou classe governante), entende-se um grupo de minorias dirigentes (eleitos) que exercem direta ou indiretamente o poder. Estes dirigentes são dotados de um talento, de uma capacidade de eficiência que os permite governar e subordinar os sujeitos não aptos à condução do governo. Assim, para Pareto, a minoria dirigente, a camada superior ou classe eleita denomina-se elite e a camada inferior, a classe não eleita, a massa, é denominada como a não elite (Barnabé, 1999). A classe eleita não governante, por sua vez, refere-se ao conjunto de indivíduos que, embora sejam os melhores na sua atividade, não exercem o comando político. Assim, a elite política é formada tanto pelos que participam diretamente do governo como também por aqueles que conseguem influenciá-lo devido aos recursos sociais que controlam, como dinheiro, cultura, religião, saber etc.

Em relação ao acesso à classe governante, Pareto aponta que há duas vias: a da vocação e a da hereditariedade. A via da vocação é inata ao governante e, conseqüentemente, ao mando político. A via da hereditariedade caracteriza-se pela influência política de famílias que, além dos cargos políticos, controlam riquezas e conexões sociais. Grynszpan (1996) explana que a hereditariedade é um elemento fundamental para o acesso da classe dirigente ao poder. Este último elemento é relevante quanto à análise da formação da elite política e econômica no município de São Carlos, uma vez que, como afirma Love (1982), a homogeneidade da elite paulista respalda-se em um grande número de relações de parentesco (conexões sociais, ditas por Pareto), embasadas em laços de consanguinidade, que permitia o acesso e a permanência dos membros da minoria no poder.

De meados do século XIX ao início do XX, vários fatores foram responsáveis por identificar um “integrante da elite”. Para pertencer à elite, era necessário ter um título nobiliárquico (conde, visconde, barão), que lhe posicionaria política e economicamente perante os outros integrantes da elite, ter um cargo ou uma patente da Guarda Nacional ou civil (coronel, tenente, major, delegado, juiz de paz); ser um fazendeiro possuidor de grande

quantidade de terras, pés de café e escravos⁴; ter um sobrenome que lhe garantisse obter certas influências e privilégios (Bacellar, 1997), além de uma rede de laços de parentesco que garantia a permanência dos membros da elite no poder. Esses indicativos garantiam a posição social (superior) de elite perante outros agentes sociais, bem como, suas influências, privilégios e um efetivo poder. Tais fatores não são necessariamente cumulativos. Para classificar e nomear os integrantes da elite do município de São Carlos, afim de posteriormente verificar as estratégias matrimoniais estabelecidas entre eles, foi analisado, inicialmente, os indicativos relativos à riqueza (produção de café, quantidade de pés de café), cargo político, título nobiliárquico (até 1889), patente da Guarda Nacional. Ou seja, as análises partiram da reprodução social exercida pelos membros das famílias da elite para se chegar às estratégias matrimoniais exercidas pelos mesmos. Realizando estas análises, foi possível identificar as famílias de elite detentoras de mais indicativos de pertencimento à elite apresentadas no quadro 1.

Quadro 1: Principais famílias de elite agrupadas segundo a produção de café, participação política e patentes.

| Famílias e Principal Representante | 1873 | | | 1896 | | | 1904 | | |
|--|------|------|------|-------|------|------|------|------|------|
| | Ec. | Pol. | Pat. | Ec. | Pol. | Pat. | Ec. | Pol. | Pat. |
| Arruda Botelho (Antônio Carlos de Arruda Botelho) | ALTA | SIM | SIM | ALTA | SIM | SIM | ALTA | SIM | NÃO |
| Salles & Camargo Penteadó (José Augusto de Oliveira Salles) | ALTA | SIM | NÃO | ALTA | SIM | SIM | ALTA | SIM | SIM |
| Barros (Luiz Antônio de Souza Barros) | ALTA | SIM | SIM | ALTA | SIM | NÃO | ALTA | NÃO | NÃO |
| Ellis & Netto (Francisco da Cunha Bueno) | ALTA | SIM | SIM | ALTA | SIM | SIM | ALTA | SIM | NÃO |
| Amaral (Carlos Augusto do Amaral) | ALTA | SIM | NÃO | BAIXA | SIM | NÃO | ALTA | NÃO | NÃO |

Ec. = Participação econômica; Alta = entre os 10 primeiros ou presente na lista nominativa de 1873; Baixa = não está entre os 10 primeiros. **Pol.** = Participação política. **Pat.** = Patente Civil ou da Guarda Nacional. Sim = algum membro (fazendeiro) da família possuía no ano em questão. Não = nenhum fazendeiro da família possuía.

As análises realizadas permitiram apontar que os fazendeiros de café do município de São Carlos compunham uma minoria dominante por meio de sua riqueza como também pelos cargos políticos nas esferas local, estadual e federal, dos títulos nobiliárquicos e das patentes da Guarda Nacional, conforme serão demonstrados a seguir.

⁴ A posse de escravos revelou-se imprescindível para a obtenção de um nível mais significativo de acumulação, não só porque o escravo representava um acréscimo de trabalho produtivo, mas, por serem, eles mesmos, provas de um capital acumulado (Martins, 1996).

1.1 Cargos políticos, títulos nobiliárquicos e patentes da Guarda Nacional

1.1.1 Ano de 1873: cargos políticos

Para o ano de 1873, consta uma lista de 55 fazendeiros de café. Deste montante, 29 fazendeiros possuíam alguma participação política exercendo o cargo de juiz de paz, vereador, intendente, deputado federal, senador, presidente da Câmara e chefe do partido Conservador. Deste total, 12 fazendeiros exerceram apenas um cargo político, durante apenas uma legislatura, e 17 exerceram dois ou mais cargos políticos, em diferentes legislaturas.

Quadro 2: Quantidade de fazendeiros e de cargos políticos

| Fazendeiros (total de 55) | 1 cargo político | 2 ou mais cargos políticos |
|---------------------------|------------------|----------------------------|
| 29 | 12 | 17 |

Analisando os cargos políticos exercidos pelos fazendeiros, exclusivamente no município de São Carlos como vereadores, observou-se que de um total de 55 fazendeiros descritos em 1873, 14 exerceram cargo de vereador no município de São Carlos em diferentes períodos. O Quadro 3 indica, nominativamente, os fazendeiros e os períodos de suas respectivas legislaturas.

Quadro 3: Elite econômica de 1873: vereadores em São Carlos.

| 1873: Elite econômica e Elite política | |
|--|---------------------------------|
| Fazendeiro/vereadores locais | Legislatura |
| Antonio Franco de Camargo Lacerda | 1877-1881 |
| Aurélio Sivatti | 1887-1890, 1891 |
| Bento Carlos de Arruda Botelho | 1891 |
| Bento Luis de França | 1869-1874 |
| David Ferreira de Camargo | 1874-1877 |
| Elias de Camargo Penteado | 1865-1869 |
| Jeronymo Franco de Arruda | 1874-1877 |
| João Baptista de Siqueira Serra | 1865-1869, 1869-1874, 1881-1883 |
| Joaquim Roberto Rodrigues Freire | 1865-1869, 1877-1881 |
| José Alves Delfino | 1874-1877 |
| José Eufrosino da Silva | 1865-1869 |
| Manoel José de Mesquita Jr. | 1877-1881 |
| Paulino Carlos de Arruda Botelho | 1923-1926 |
| Theodoro de Camargo Penteado | 1869-1874, 1874-1877 |
| Victor Augusto de Oliveira | 1865 |

1.1.1.1 Ano de 1873: titulação nobiliárquica

No tocante à titulação nobiliárquica do ano de 1873, temos quatro fazendeiros de café possuidores de algum título de nobreza. Deste total, apenas um foi detentor de três títulos nobiliárquicos. Este era representado por Antonio Carlos de Arruda Botelho, que recebeu o

título de barão do Pinhal, visconde do Pinhal e conde do Pinhal. Francisco da Cunha Bueno representa o fazendeiro da listagem nominal de 1873, com dois títulos nobiliárquicos, sendo o de barão de Itaqueri ou barão Cunha Bueno e o de visconde Cunha Bueno. Com apenas um título nobiliárquico, temos os fazendeiros Bento Paes de Barros (1º barão de Itu) e Estevão de Sousa Barros (Conde Barros).

1.1.1.2 Ano de 1873: patentes da Guarda Nacional

Em relação às patentes da Guarda Nacional⁵, para o ano de 1873, temos um total de 14 fazendeiros eram possuidores de patentes da Guarda Nacional. Destes, dois eram coronéis⁶, dois tenentes-coronéis⁷, dois majores⁸, seis capitães-mor⁹, um alferes¹⁰, um Comendador¹¹.

1.1.2 Ano de 1896: cargos políticos

Para o ano de 1896, consta uma lista nominativa com 54 fazendeiros de café. Deste total, 17 fazendeiros possuíam alguma participação política como juiz de paz, vereador, intendente, deputado federal, senador, presidente da Câmara, chefe do partido Conservador. Sendo que seis fazendeiros exerceram apenas um cargo político durante apenas uma legislatura e 11 exerceram dois ou mais cargos políticos em diferentes legislaturas.

Quadro 4: Quantidade de fazendeiros e de cargos políticos

| Fazendeiros (total de 54) | 1 cargo político | 2 ou mais cargos políticos |
|--------------------------------------|-----------------------------|---|
| 29 | 17 | 6 |

Em relação ao exercício do cargo de vereador desempenhado por estes fazendeiros locais, 14 deles participaram da política municipal em diferentes períodos. O Quadro 5 apresenta nominativamente os fazendeiros e o período de suas legislaturas na Câmara Municipal de São Carlos.

⁵ Nesta contagem inicial, foi considerada a patente do mais alto posto da Guarda Nacional. Porém, se o fazendeiro tivesse sido coronel e tenente-coronel, foi contabilizado o posto de coronel, visto que este é o mais alto posto da hierarquia da Guarda Nacional. Quando digo que alguns fazendeiros possuíam duas ou mais patentes não significa que as tinham ao mesmo tempo, mas que, entre os anos de 1873 e 1896, estes possuíram estas patentes em algum momento de sua carreira militar.

⁶ Antonio Carlos de Arruda Botelho e João Franco de Moraes Octavio.

⁷ Francisco da Cunha Bueno, Paulino Carlos de Arruda Botelho.

⁸ João Baptista de Arruda, Joaquim Roberto Rodrigues Freire.

⁹ Antonio Vicente da Silveira, Floriano de Camargo Penteado, João Carlos de Arruda Botelho, José de Camargo Penteado, José Gonçalves de Araújo Bueno.

¹⁰ Francisco de Paula Camargo.

¹¹ Luiz Antonio de Sousa Barros.

Quadro 5: Elite econômica de 1896: vereadores em São Carlos

| 1896: Elite econômica e Elite política | |
|---|---------------------------------|
| Fazendeiro/vereadores locais | Legislatura |
| Paulino Carlos de Arruda Botelho | 1923-1926 |
| Affonso Botelho de A. Sampaio | 1905-1908 |
| Orosímbo Augusto do Amaral | 1881-1883 |
| Theodoro Leite de Almeida Camargo | 1865-1869, 1874-1877 |
| José Ignácio de Camargo Penteado | 1887-1890 |
| Aurélio Civatti | 1887-1890, 1891 |
| Francisco de Paula Novaes | 1890-1891 |
| Joaquim José Gonçalves Braga | 1892-1895 |
| Julio de Salles | 1895-1898 |
| Raphael de Abreu Sampaio Vidal | 1899-1901 |
| José Augusto de Oliveira Salles | 1898-1902, 1908-1911, 1911-1914 |
| José Manoel de Mesquita | 1877-1881 |
| Elisiário Ferreira Penteado | 1898-1902 |
| José de Araújo Cintra | 1891-1895, 1898-1902, 1908-1911 |

1.1.2.1 Ano de 1896: patentes da Guarda Nacional

Em relação às patentes, para o ano de 1896, temos um total de oito fazendeiros¹² possuidores de patente da Guarda Nacional, dois possuidores de patente da polícia civil, e um detentor de uma patente da Guarda Nacional e uma patente civil, respectivamente.

1.1.3 1904: cargos políticos

Para o ano de 1904, temos uma listagem com os nomes dos dez principais proprietários de terras e uma listagem com os dez maiores produtores de café no município de São Carlos.

1.1.3.1 Maiores proprietários de terras: cargos políticos

Dentre os dez maiores proprietários de terras, foi possível observar que cinco fazendeiros exerceram cargos políticos.

Entre estes cinco que não exerceram cargos políticos, três possuem familiares que exerceram vários cargos políticos. Um exemplo típico deste caso é o da Condessa do Pinhal que, embora isenta de cargos políticos, seu marido – Antonio Carlos de Arruda Botelho, o Conde do Pinhal – exerceu muitos cargos políticos em nível local, estadual e nacional. O número reduzido de fazendeiros com cargos políticos em 1904 pode ser explicado pela

¹² Elisiário Penteado (major), Júlio de Salles (major), José Augusto de Oliveira Salles (coronel), Joaquim Araújo Cintra (major), Joaquim Manoel Alves (tenente-coronel e comendador) e Paulino Carlos de Arruda Botelho (tenente-coronel e capitão), José Ignácio de Camargo Penteado (major).

denominação de parentes (esposa, filho, pai) na listagem nominativa dos fazendeiros devido à morte do proprietário. Entre os dez maiores proprietários de terras, em 1904, observou-se que quatro deles foram vereadores municipais.

1.1.3.2 Maiores produtores de café: cargos políticos

Entre os dez maiores produtores de café, dois exerceram o cargo de vereador no município de São Carlos. Além de cargos políticos locais, dois dos maiores produtores de café tiveram cargos políticos em nível estadual e federal, como é o caso de Alfredo Ellis e Paulino Carlos de Arruda Botelho. Além disso, averiguou-se também que, dentre os seis maiores produtores que não exerceram nenhum cargo político, três deles tinham parentes (sogro, pai, marido) que, quando vivos, exerceram cargos políticos municipais, estaduais e federais.

O Quadro 6 sintetiza a participação dos dez maiores proprietários de terras como também dos dez maiores produtores de café na política local.

Quadro 6: Elite econômica de 1904: vereadores em São Carlos

| 1904: Elite econômica e Elite política | |
|--|---------------------------------|
| Maiores proprietários/vereadores locais | Legislatura |
| Elisiário Penteado | 1898-1902 |
| Paulino Carlos de Arruda Botelho | 1923-1926 |
| José Ignácio de Camargo Penteado | 1887-1890 |
| José Augusto de Oliveira Salles | 1898-1902, 1908-1911, 1911-1914 |
| | |
| Maiores produtores/vereadores locais | Legislatura |
| José Augusto de Oliveira Salles | 1898-1902, 1908-1911, 1911-1914 |
| Elisiário Penteado | 1898-1902 |
| Affonso Botelho de Abreu Sampaio | 1905-1908 |

1.1.3.3 1904: Patentes da Guarda Nacional

Observando as patentes da Guarda Nacional dos maiores proprietários de terras de 1904, foi possível encontrar três grandes proprietários de terras do município de São Carlos detentores de patentes, sendo que dois eram coronéis (Paulino Carlos de Arruda Botelho) e um era major (José Ignácio de Camargo Penteado).

1.1.4 Similaridades e diferenças entre os anos de 1873, 1896 e 1904

Comparando os anos de 1873, 1896 e 1904 no que tange aos cargos políticos, títulos nobiliárquicos e patentes da Guarda Nacional mantidos pela elite do município de São Carlos observou-se que para o ano de 1873, mais da metade de todos os fazendeiros teve alguma participação política e cerca de 25% possuíam patentes (civis ou da Guarda Nacional). Em nível municipal, tivemos cerca de 25% de participação destes fazendeiros, ou seja, desta elite

econômica na política local. Para 1896, um em cada três dos mais relevantes fazendeiros (produção até 90.000 kg) possuiu cargos políticos. Em nível local, os fazendeiros representaram cerca de 26% dos cargos de vereadores no município. Cerca de 20% possuíam patentes. Já para 1904, a análise dos dez maiores produtores e dez maiores proprietários, de forma conjunta, mostra que cerca de metade possuía cargos políticos e, também, cerca de 20% a 30% com patentes da Guarda Nacional. De acordo com estes dados, é possível concluir que, em todos os anos pesquisados, os fazendeiros de São Carlos possuíram grande participação no campo político, muitos deles detentores de patentes da Guarda Nacional ou civis.

2. Estratégias matrimoniais e redes de parentesco

Tendo definido as principais famílias de elite do município de São Carlos (descritas no Quadro 1), seguem-se às análises referentes às estratégias matrimoniais arranjadas entre estas famílias a fim de garantir a reprodução social local.

Segundo a definição de hereditariedade, abordada por Pareto, os fazendeiros de café locais mantinham e reproduziam suas riquezas por meio dos laços de parentesco obtidos por intermédio dos casamentos realizados entre seus consanguíneos ou entre seus afins e, também, pelos laços de parentesco gerados pela hereditariedade (pai, filho, neto, bisneto, sobrinho). Com estes vínculos estabelecidos, a garantia da reprodução social das elites, bem como, de um poder articulado entre seus membros estavam relativamente garantidos.

O quadro abaixo, nos permite identificar os laços de consanguinidade e afinidade estabelecidos entre as famílias de elite do município de São Carlos, especificamente nos anos de 1873, 1896 e 1904.

Quadro 8: Fazendeiros de café e os Laços de Consanguinidade.

| Fazendeiros de Café | Anos | | | Grau de Parentesco | Designação |
|------------------------------|------|------|------|--|---------------|
| | 1873 | 1896 | 1904 | | |
| Francisco da Cunha Bueno | | | | Francisco da Cunha Bueno era tio e sogro de Alfredo Ellis, com quem fez uma sociedade para exportação de café. | Ellis & Netto |
| Bueno Ellis & Netto | | | | Alfredo Ellis casa-se com a primeira filha de Cunha Bueno, chamada Sebastiana Eudóxia da Cunha Bueno. | |
| Ellis & Netto | | | | | |
| Luiz Antonio de Souza Barros | | | | Era pai de Estevão de Souza Barros, o mesmo Conde de Barros que aparece em 1896. Felicíssima era esposa de Luiz Antonio de Sousa Barros. | Souza Barros |

| | | | | | |
|---|--|--|--|--|-------------------|
| Estevão de Souza Barros | | | | É o Conde de Barros, filho de Luiz Antonio de Sousa Barros. | |
| Conde de Barros | | | | Seu nome é Estevão de Sousa Barros (como descrito no ano de 1873). É filho de Luiz Antonio de Sousa Barros. | |
| Felicíssima de Campos Barros | | | | Segunda esposa de Luiz Antonio de Sousa Barros. | |
| José Manoel de Mesquita | | | | Era sobrinho e genro de Luiz Antonio de Sousa Barros, pois casou-se com sua filha - Amélia Hygina de Souza Barros. | |
| Bento Paes de Barros | | | | Era tio do genro de Luiz Antonio de Sousa Barros. O genro de Luiz Antonio de Sousa Barros, Antonio Paes de Barros Filho (filho do barão de Piracicaba), casou-se com Maria Paes de Barros - filha de Luiz Antonio de Sousa Barros. | |
| Antonio Franco de Camargo Lacerda & Irmãos | | | | Eram irmãos. | Franco de Lacerda |
| Candido Franco de Lacerda | | | | | |
| Antonio Carlos de Arruda Botelho (Conde do Pinhal) | | | | O mesmo fazendeiro permanece em 1873, 1896 e sua família permanece em 1904. | Arruda Botelho |
| Condessa do Pinhal | | | | Esposa do Conde do Pinhal - Anna Carolina de Mello Oliveira | |
| Carlos José Botelho | | | | Filho de Antonio Carlos de Arruda Botelho (Conde). | |
| Paulino Carlos de Arruda Botelho | | | | O mesmo fazendeiro permanece em 1873 e 1896. Era irmão de Antonio Carlos de Arruda Botelho (Conde) | |
| Maria Izabel de Oliveira Botelho | | | | Esposa de Bento Carlos de Arruda Botelho | |
| Bento Carlos de Arruda Botelho | | | | Irmão do Conde do Pinhal e de Paulino Carlos de Arruda Botelho | Abreu Sampaio |
| Antonio de Abreu Sampaio | | | | Irmão de Joaquim José de Abreu Sampaio. Tio de seus filhos descritos a seguir. | |
| Joaquim José de Abreu Sampaio | | | | Era cunhado do Conde Pinhal, de Bento Carlos e de Paulino Carlos de Arruda Botelho. Era pai de Affonso Botelho de Abreu Sampaio, Joaquim Botelho de Abreu Sampaio, Raphael de Abreu Sampaio Vidal. | |
| Joaquim Botelho de Arruda Sampaio | | | | Era sobrinho e genro de Paulino Carlos de Arruda Botelho, pois casou-se com sua filha Maria Botelho de Abreu Sampaio. Era filho da irmã de Paulino Carlos de Arruda Botelho (Eulalia Carolina de Meira). | |
| Affonso Botelho de Abreu Sampaio | | | | Filho de Joaquim José de Abreu Sampaio com Eulália C. de Meira Botelho. Sobrinho do Conde. | |
| Maria das Dores C. Sampaio (ou Maria das Dores Vidal) | | | | Segunda esposa de Joaquim José de Abreu Sampaio. | |

| | | | | | |
|---------------------------------------|--|--|--|---|--------------------|
| Raphael de Abreu Sampaio Vidal | | | | Filho de Joaquim José de Abreu Sampaio com Maria das Dores Vidal. | |
| Carlos Augusto do Amaral | | | | Pai de Carlos Alberto do Amaral. | Amaral |
| Orosimbo Augusto do Amaral | | | | Filho de Carlos Augusto do Amaral. | |
| Carlos Alberto do Amaral | | | | Filho de Carlos Augusto do Amaral. | |
| Francisco Jeronymo Bittencourt Coelho | | | | Marido de Francisca Leocádia Bittencourt Coelho. | Bittencourt Coelho |
| Francisca Leocádia Bittencourt Coelho | | | | Esposa de Francisco Jeronymo Bittencourt Coelho. | |
| Jacinto Mendes da Silva | | | | O mesmo fazendeiro permanece em 1873 e 1896. | Mendas da Silva |
| Jacinto Mendes da Silva | | | | | |
| Estanislau de Campos Salles | | | | Pai de José Augusto de Oliveira Salles | Campos Salles |
| José Augusto de Oliveira Salles | | | | Filho de Estanislau de Campos Salles | |
| Elias de Camargo Penteadado | | | | Era tio do major José Ignácio de Camargo Penteadado. | Camargo Penteadado |
| José Ignácio de Camargo Penteadado | | | | Sobrinho de Elias de Camargo Penteadado (Elias era irmão do pai do major) | |

Quadro 9: Laços de Afinidade entre diferentes famílias da elite do município de São Carlos

| Fazendeiros de Café | Anos | | | Laços de Afinidade |
|---------------------------------|------|------|------|---|
| | 1873 | 1896 | 1904 | |
| Firmiano de Moraes Pinto | | - | - | Era genro de Antonio Carlos de Arruda Botelho (Conde do Pinhal), fazendeiro de 1873 e em 1896), pois casou-se com sua filha, Cândida de Arruda Botelho. |
| Joaquim José de Abreu Sampaio | - | | - | Era cunhado de Antonio Carlos de Arruda Botelho (Conde do Pinhal) e de Paulino Carlos de Arruda Botelho, ambos fazendeiros em 1873 e 1896. |
| José Augusto de Oliveira Salles | - | - | | Era genro de Elias de Camargo Penteadados, pois casou-se com sua filha, Maria Anunciação Camargo Penteadado. |

Analisando os Quadros 8 e 9, é possível observar a permanência e a continuidade de várias famílias da elite do município de São Carlos entre os anos de 1873, 1896 e 1904 gerada pelos laços de parentesco. Estas famílias eram possuidoras de terras, escravos, cargos políticos, patentes enfim, possuíam vários atributos de pertencimento à elite, como descritos por Bacellar (1997). Deste modo, nota-se que os membros da elite, que representavam a minoria, utilizavam-se do atributo da riqueza, defendido por Mosca (1939) como sendo

fundamental para a formação de uma rede de parentesco que contribuiriam para a prática da manutenção e reprodução do poder.

Além disso, os laços de consanguinidade ou afinidade, mantidos por meio dos casamentos, contribuíam para a reprodução social das elites, como Love (1982) nos aponta. Desta forma, a manutenção das riquezas e das posses também estaria garantida. Considerando os quadros acima, alguns casos de laços de parentesco por consanguinidade ou afinidade ou seja, de estratégias matrimoniais, serão analisados.

2.1 Análises de casos: laços de consanguinidade e afinidade entre famílias de elite de São Carlos

2.1.1 Família Ellis

O casamento realizado entre Alfredo Ellis (cafeicultor e médico) com a sua prima Sebastiana Eudóxia da Cunha Bueno permite identificar que há relação de consanguinidade entre eles. Sebastiana era filha do tio paterno de Alfredo Ellis – Francisco da Cunha Bueno. Ou seja, Alfredo Ellis era sobrinho e genro de Francisco da Cunha Bueno. Tanto a figura de Francisco da Cunha Bueno como a de Alfredo Ellis eram bem articuladas pela sociedade da época. A reprodução social destes membros da elite era abrangente visto que Francisco da Cunha Bueno (1829 – 1903) foi tropeiro, fazendeiro, vereador em Rio Claro, chefe do Partido Conservador em São Carlos. Recebeu o título de barão de Itaqueri, Barão de Cunha Bueno e Visconde de Cunha Bueno. Já Alfredo Ellis (1850 – 1925), foi médico, cafeicultor, deputado federal (1891-1899, 1900-1902) e senador (1903-1905, 1906-1908, 1909-1911, 1912-1915, 1915-1917, 1918-1920, 1921-1923, 1924-1925).

2.1.2 Família Souza Barros

Na família Souza Barros, temos exemplos de casamentos consanguíneos entre as filhas do Comendador Luiz Antonio de Souza Barros. Inicialmente, em poucos parágrafos, tentarei expor quem foi o Comendador Luiz Antonio de Souza Barros, o que auxiliará em maior compreensão do context social, político e econômico deste fazendeiro de café.

Luiz Antonio de Souza Barros (1809 – 1887) era filho de Luiz Antonio de Souza e Genebra Leite de Barros. Nasceu em Itu e foi o único dos filhos a herdar o sobrenome da mãe. Teve 5 irmãos, sendo que era irmão do barão de Limeira (Vicente de Souza Queiroz) e do barão de Souza Queiroz (Francisco de Souza). Ainda menino, com 8 anos apenas, foi enviado à Portugal para estudar. Com o falecimento de seu pai, em 1819, Luiz Antonio de Souza

Barros retorna ao Brasil e irá viver na casa de sua irmã – Ilídia Mafalda (futura Marquesa de Valença) e de seu cunhado – o desembargador Estevão Ribeiro de Rezende (futuro barão de Rezende), em São Paulo.

Luiz Antonio de Souza Barros é considerado pela historiografia tradicional como sendo um dos grandes nomes da aristocracia imperial paulistana de meados do século XIX. Cafeicultor, senhor de escravos e moderno capitalista, foi um dos organizadores da Companhia Paulista de Estradas de Ferro. Possuía posses, escravos e propriedades em São Paulo, Piracicaba, Campinas e São Carlos. Tinha uma vida ligada tanto à São Paulo quanto ao Rio de Janeiro. Vivía na Corte e na Província Paulista, nos salões aristocráticos do Rio de Janeiro numa exibição de luxo e bom gosto ou nos meios mais modestos e provincianos de São Paulo, com costumes ainda nitidamente coloniais, ou ainda nas fazendas de cana do interior paulista (Torres, 2010).

Luiz Antonio de Souza Barros entrou para o cenário político da Província de São Paulo assumindo e exercendo o cargo de Prefeito de São Paulo (foi o primeiro prefeito da província paulista). Seu governo foi duramente criticado, pois

“[...] mais lavrador do que político, mais habituado à administração e aos problemas da zona rural do que aos da zona urbana, não obstante sua elevada posição social e econômica, o novo prefeito é duramente criticado mais de uma vez, pelos vereadores, principalmente pela sua ausência. Pedira logo uma licença que lhe fora concedida pelo então vice-presidente da província, o senador Queiroz (Torres, 2010:28)”.

Após sua renúncia, assumiu a presidência da Câmara Municipal da Província de São Paulo. Recebeu os títulos de Comendador de Cristo (título de origem portuguesa) e Dignatário da Rosa¹³ (título de origem brasileira).

Tendo, inicialmente, investido em engenhos de açúcar, principalmente em Piracicaba (como na Fazenda São Lourenço, por exemplo), substituiu suas plantações de cana-de-açúcar pelas do café. Foi favorável à implantação da mão de obra estrangeira em suas fazendas e investiu em maquinários para o beneficiamento do café. Embora fosse para Piracicaba e para suas outras fazendas em períodos de colheitas, morava em São Paulo. Assim,

“[...] a família Souza Barros vive como a maior parte das famílias de recursos, como quase todos os grandes fazendeiros, assistindo às procissões religiosas, discutindo política, em meio a festas familiares, durante uma parte do ano, em São Paulo, e,

¹³ [...] Destinada a premiar civis e militares, nacionais ou estrangeiros que se distinguiram por sua fidelidade à pessoa do Imperador e por serviços prestados ao Estado, apresentava a mais absoluta originalidade - nem palmas de ramos de oliveira, nem folhas de carvalho, mas rosas como as do vestido da linda princesa de 17 anos, de olhos azuis, rosas como a do seu toucado, no retrato enviado a D. Pedro por Barbacena, rosas, as flores prediletas da que seria imperatriz do Brasil por tão pouco tempo (Torres, 2010:68).

durante o outro período na fazenda que é a fonte de seus amplos recursos financeiros (Torres, 2010:60).

Morando na casa de sua irmã, ao retornar de Portugal para o Brasil, apaixonou-se pela sua sobrinha (Ilídia Rezende) e casa-se com esta. Tiveram 9 filhos: Ilídia de Souza Whitaker (casada com seu primo João Guilherme de Aguiar Whitaker); Luiza Augusta de Souza Vergueiro (casada com seu primo Joaquim Vergueiro); Francisca de Souza Barros (casada com seu primo Bento Aguiar de Barros); Estevão de Souza Barros casado com Leonor Assumpção Barros); José de Souza Barros (casado com Josefina Dias Aguiar e, depois, com Luiza De La Floret), Francisco de Souza Barros (casado com Francisca Ferraz do Amaral); Amélia Hygina de Souza Barros (casada com seu primo José Manoel de Mesquita); Izabel de Souza Barros (casada com seu primo Bento Francisco de Paula Souza); e Luiz de Souza Barros (falecido sem casar-se).

Viúvo em 1847, casou-se novamente, em 1850, com D. Felicíssima de Almeida Campos¹⁴, filha do tenente Domingos de Almeida Campos e D. Maria Inácia Leite. Desta união, teve 10 filhos: Maria de Souza Barros (casada com seu primo Antonio Paes de Barros – filho do barão de Piracicaba); Luiz de Souza Barros (sem informações de casamento); Eliza de Souza Barros (casada com Ignácio Xavier Paes de Campos Mesquita); Antonio de Souza Barros (casado com Augusta Loureiro de Souza Barros); Fernando de Souza Barros (casado com sua prima Candida Paes de Barros); Adelina de Souza Barros (sem identificação de casamento); Felicíssima de Souza Barros (sem identificação de casamento); Roberto de Souza Barros (casado com Maria de Camargo); Eugenia de Souza Barros (casada com João Theen); e Antonia de Souza Barros (casada com Carlos Ralston).

Ao analisarmos os casamentos dos filhos do Comendador Luiz Antonio de Souza Barros, é possível notar a permanência de muitos laços de consanguinidade adquiridos e mantidos por membros de sua família. Embora tivesse tido 19 filhos, encontrei a descrição dos cônjuges de apenas 15 de seus filhos. Dos 15 matrimônios realizados por seus filhos, 7 matrimônios foram realizados com parentes – entre primos e primas. Ou seja, quase 50% dos casamentos de seus filhos e filhas foram realizados entre membros de sua própria família. Desses 7 casamentos consanguíneos, 6 eram casamentos de suas filhas com seus primos e 1 casamento foi de seu filho com uma prima. Ou seja, a maioria dos matrimônios

¹⁴ A fazenda Felicíssima, situada no município de São Carlos, pertencia a Felicíssima de Campos Barros (esposa do Comendador Luiz Antonio de Souza Barros).

consanguíneos recaía sobre as mulheres¹⁵.

Analisando especificamente o casamento consanguíneo ocorrido entre parentes da família Souza Barros com fazendeiros de café do município de São Carlos, encontramos o matrimônio de Amélia Hygina de Souza Barros (filha do Comendador) com seu primo José Manoel de Mesquita. Este aparece como fazendeiro do município de São Carlos, em 1896, com uma produção de cerca 120.000 Kg de café, quantidade esta considerável para o destaque na produção cafeeira. Além disso, foi chefe do Partido Conservador (1874), juiz de paz (1874) e vereador (1877-1881) no município de São Carlos. Este casal teve 4 filhos, sendo Felicíssima de Souza, José Manoel de Mesquita, Gertrudes de Mesquita e Ilídia de Mesquita.

Desta forma, como nos aponta Pareto (Hollanda, 2011), nota-se que há uma circulação dos membros das famílias de elite que assegura o seu equilíbrio, bem como, sua longevidade e reprodução social. Estas famílias vão formando uma minoria seleta (composta por parentes ou por membros de famílias que já pertenciam à elite) e compoem uma oligarquia detentora de poder econômico e político, como Michels (1982) nos apresenta.

2.1.3 Família Arruda Botelho

Analisando os laços de parentesco da família Arruda Botelho, temos como exemplo de casamento consanguíneo o realizado entre Joaquim Botelho de Abreu Sampaio com Maria Botelho de Abreu Sampaio – filha de Paulino Carlos de Arruda Botelho. Analisando a inserção política e social de Paulino Carlos de Arruda Botelho, foi possível analisar que este foi juiz de paz (1857, em São Carlos), membro do Partido Liberal, fundador do Partido Republicano em São Carlos (1873), Deputado Federal (1889 - 1908), membro do governo provisório da cidade (1889). Já Joaquim Botelho de Abreu Sampaio foi Secretário da Companhia de Luz Elétrica (1890), provedor da Santa Casa (1891) ambos cargos em São Carlos.

Joaquim era filho de Eulália Carolina de Meira, irmã de Paulino Carlos de Arruda Botelho. Portanto, Joaquim era sobrinho e genro de Paulino Carlos de Arruda Botelho. Com este casamento, além da riqueza permanecer na mesma família, ocorreu a ligação entre a família Arruda Botelho com a Abreu Sampaio.

Analisando agora alguns laços de afinidade, é possível notar o parentesco adquirido entre membros de famílias de elite. O casamento realizado entre Joaquim José de Abreu

¹⁵ A questão dos dotes, torna-se interessante ser comentada aqui, pois estes significavam a transferência das riquezas da família para outra. Sendo o casamento realizado entre parentes, esta riqueza continuaria na mesma família. Já para os homens, havia, também, casamentos arranjados, mas como não havia a transferência do dote, consequentemente, o casamento dos filhos com mulheres que eram parentes era em número reduzido.

Sampaio e Maria Botelho de Abreu Sampaio indica que a família Abreu Sampaio e Arruda Botelho se tornaram afins. Maria Botelho era filha de Paulino Carlos de Arruda Botelho e sobrinha do Conde do Pinhal (Antonio Carlos de Arruda Botelho). Conseqüentemente, este casamento gerou os laços de afinidade entre estas duas famílias de elite. Estas famílias foram consideradas elites, pois Joaquim José de Abreu Sampaio compõe a lista nominativa de fazendeiros de café de 1873, bem como Paulinho Carlos de Arruda Botelho e o Conde do Pinhal. Além disso, Joaquim José de Abreu Sampaio foi deputado Provincial (1876-1878), chefe do Partido Conservador (1887), vereador suplente (1892) e tenente. Tanto a família Abreu Sampaio como a Arruda Botelho permanecem como produtoras de café nos anos de 1873, 1896 e 1904. Deste modo, a riqueza é mantida entre estas famílias.

Outro exemplo de afinidade é visto no casamento realizado entre Firmiano de Moraes Pinto e Cândida de Arruda Botelho. Firmiano de Moraes Pinto, embora não tivesse consanguinidade com Cândida de Arruda Botelho, também era membro da elite. A seu respeito, a Genealogia Paulistana (vol. IV:142) nos diz que Firmiano era bacharel em Direito. De acordo com informações colhidas nos dados estatísticos de 1904, seu nome aparece na listagem de fazendeiros de café com uma produção de 375.000 kg de café, ficando na 7ª posição dos maiores produtores de café deste ano em São Carlos. Ocupou diversos e altos cargos políticos, como o de Secretário da Fazenda e Agricultura no ano de 1902, quando o governador de São Paulo era Bernardino de Campos. Também foi Deputado Federal e Secretário da Agricultura do Estado de São Paulo. Era filho de Antonio José Pinto e de Francisca Miquelina de Moraes. Por sua vez, Cândida de Arruda Botelho era filha de Antonio Carlos de Arruda Botelho – o Conde do Pinhal. Cândida de Arruda Botelho nasceu no dia 08 de abril de 1868 e se casou em 1886, aos 18 anos de idade. Nota-se, portanto, que ambos cônjuges eram membros da elite. Em 1891, o Conde do Pinhal funda o Banco União de São Carlos e coloca na gerência desse seu genro, Firmiano de Moraes Pinto. Deste modo, é possível notar que os membros “adquiridos” por afinidade também faziam parte dos negócios da família Arruda Botelho.

No decorrer das análises, notou-se que, entre algumas famílias, como no caso da família Arruda Botelho, os laços de afinidade também estavam permeados pelos de consanguinidade. Ou seja, os laços de consanguinidade, aqueles não adquiridos por meio do casamento, mas sim pelo sobrenome da própria família (incluindo pais, filhos, primos, avós, sobrinhos etc.) e se emaranhavam nos laços de afinidade estabelecidos através dos matrimônios. Visto que tanto os laços de afinidade quanto de consanguinidade são representantes das estratégias matrimoniais utilizadas pelas elites do município de São Carlos,

veremos, a seguir, a rede de parentesco mantida e estabelecida pela consanguinidade.

Através do parentesco entre irmãos, filhos e esposas, a família Arruda Botelho, permanece presente no período estudado. A figura do Conde do Pinhal – Antonio Carlos de Arruda Botelho, e de seus irmãos Paulino Carlos de Arruda Botelho e Bento Carlos de Arruda Botelho aparecem como fazendeiros em 1873. Por sua vez, em 1896, estão presentes também na listagem dos maiores fazendeiros de café a denominação Conde do Pinhal (Antonio Carlos de Arruda Botelho), do filho do Conde – Carlos José Botelho, de seus irmãos Paulino e Bento Carlos de Arruda Botelho. Em 1904, o nome da Condessa do Pinhal¹⁶ – Anna Carolina de Mello Oliveira – aparece na listagem de fazendeiros de café, bem como, o da esposa¹⁷ de Bento Carlos de Arruda Botelho (o irmão do Conde) – Maria Izabel de Oliveira Botelho e o nome de seu irmão Paulino Carlos de Arruda Botelho, que permanece presente neste ano.

2.1.4 Família Salles

Dando continuidade aos exemplos de casamentos por afinidade, encontramos o casamento realizado entre o Coronel José de Augusto de Oliveira Salles e Maria Anunciação Camargo Penteado. José Augusto de Oliveira Salles era filho de Estanislau de Campos Salles e de Maria Perpétua de Oliveira Salles. Era primo (por parte de pai) de Manuel Ferraz de Campos Salles – o presidente Campos Salles eleito em 1898 a 1902. Também era primo de Antônio de Pádua Salles – ministro da Agricultura no governo Delfim Moreira (1918 a 1919). José Augusto de Oliveira Salles foi fazendeiro de café no município de São Carlos, inicialmente, assumindo a propriedade de seu pai (que aparece na listagem de fazendeiros de 1873) e, nos anos de 1896 e 1904, já aparece como fazendeiro de café depois de adquirir sua própria fazenda. Além disso, assumiu cargos políticos locais como vereador (1898-1902; 1908-1911; 1911-1914), juiz de paz eleito (1901), presidente da Câmara (1911) e recebeu a patente de coronel da Guarda Nacional.

Sua esposa, Maria Anunciação Camargo Penteado (ou Maria de Assumpção Camargo ou Maria de Camargo Salles¹⁸) era, por sua vez, filha de Elias de Camargo Penteado. O pai da noiva aparece na lista nominativa dos fazendeiros de 1873 (morre em 1879), assumiu cargos

¹⁶ Em 1904, aparece o nome da Condessa do Pinhal na listagem de fazendeiros de café visto que o Conde do Pinhal falece em 1901.

¹⁷ Bento Carlos de Arruda Botelho – irmão do Conde do Pinhal falece em 1896 com 55 anos.

¹⁸ Nos documentos pesquisados, o nome da filha de Elias de Camargo Penteado aparece com várias denominações. Na Certidão de Nascimento de um dos filhos do casal – Paulo de Camargo Salles, consta o nome Maria de Camargo Salles. Já no livro “Caminhos do Tempo”, encontra-se a denominação de Maria da Anunciação de Camargo Penteado. Em documentos da família Salles (generosamente apresentados para mim por Gina Salles Picchi – bisneta do Coronel José de Augusto de Oliveira Salles), encontra-se a denominação Maria de Assumpção Camargo.

de vereador no município e era tio do Major José Ignácio de Camargo Penteado (este foi uma figura de destaque econômico quanto político no município).

O noivo José Augusto de Oliveira Salles casa-se com 21 anos e a noiva, Maria Anunciação Camargo Penteado, casa-se com 12 anos. Neste casamento por afinidade, é possível compreender características típicas dos casamentos “arranjados” entre os membros da elite, tais como o casamento com um(a) cônjuge que também fosse da elite, possuindo terras, produção de café, escravos e, geralmente, a noiva era bem mais nova que o noivo, os dotes que seriam transmitidos aos noivos ficariam em famílias que já tinham posses.

2.1.5 Família Amaral

Outra família que se reproduz como elite nos anos de 1873, 1896 e 1904 é a família Amaral. Em 1873, Carlos Augusto do Amaral aparece na lista nominativa de 1873 como fazendeiro de café. Além disso, foi chefe do Partido Conservador, no município de São Carlos, em 1874. Em 1896, aparece na listagem estatística – nominativa o nome de Viúva Amaral & Filhos com uma produção de cerca de 270.000 kg de café, alcançando a 17ª posição na produção cafeeira. No mesmo ano, seus filhos, Orosimbo Augusto do Amaral e Carlos Alberto do Amaral, destacam-se na produção cafeeira do município de São Carlos, respectivamente, na 22ª (225.000 Kg) e 40ª (120.000 kg) posição no ranking de produção de café em 1896. Orosimbo Augusto do Amaral foi representante Agrícola do Rio de Janeiro (1878), vereador (1881-1883) e juiz de paz (1883) ambos em São Carlos. No ano de 1904, a esposa de Carlos Augusto do Amaral – Anna Luiza do Amaral & Filhos – aparece na 7ª posição da produção de café em arrobas, totalizando a produção de 20.000 arrobas (equivalente a 293.800 kg).

2.15 Família Camargo Penteado

Dando continuidade, temos a família Camargo Penteado. Elias de Camargo Penteado aparece como fazendeiro em 1873. Também foi vereador (1865-1869); presidente da Câmara (1868); chefe do Partido Conservador (1874), Intendente - vereador (1892-1895). Seu sobrinho, o major José Ignácio de Camargo Penteado, aparece na listagem estatística-nominativa de fazendeiros de café no ano de 1896 e em 1904. O major José Ignácio ocupou a 25ª posição na produção de café em 1896, alcançando a cifra de 195.000 kg. Já em 1904, o major aparece na 5ª posição dentre os dez maiores proprietários de terra, tendo cerca 1.808 alqueires de terra no município de São Carlos. O próprio major José Ignácio de Camargo Penteado casou-se com sua prima, Gertrudes de Almeida Leite Camargo. Ela era filha de João

Leite da Cruz e Theodora Leite de Camargo. O major era filho de José Ignácio de Camargo Penteadado com Theodora de Almeida Leite (que era irmã de João Leite da Cruz).

3. Considerações finais

A reprodução social das elites do município de São Carlos nas diferentes esferas sociais locais articulava-se às estratégias matrimoniais estabelecidas e mantidas entre os membros destas elites.

Os fazendeiros de café mantinham e reproduziam suas riquezas por meio dos laços de parentesco obtidos por intermédio dos casamentos realizados entre seus consanguíneos ou entre seus afins e, também, pelos laços de parentesco gerados pela hereditariedade (pai, filho, neto, bisneto, sobrinho). Com estes vínculos estabelecidos, a garantia da reprodução social das elites, bem como, de um poder articulado entre seus membros estavam relativamente garantidos e percebidos no decorrer dos anos de 1873, 1896 e 1904.

Os dados coletados nas fontes documentais descritas ao longo deste artigo, possibilitaram analisar os sobrenomes comuns e recorrentes das famílias de elite e revelar as relações de consanguinidade estabelecidas entre estes membros nos anos de 1873, 1896 e 1904, no município de São Carlos. Este processo levou ao conhecimento dos matrimônios realizados entre membros da própria família e a compreensão do modo pelo qual estas famílias, consideradas de elite em São Carlos, se perpetuavam ao longo do tempo. Os laços de afinidade analisados, indicaram os casamentos realizados fora da parentela, ou seja, aqueles que tinham como resultado a aliança de dois grupos poderosos que se tornavam “parentes” e, portanto, unidos econômica e politicamente. Este tipo de casamento poderia promover aos “parentes” uma elevação na hierarquia do domínio graças à soma de forças familiares, econômicas e políticas. Nesta ocasião, portanto, os laços de afinidade foram fundamentais para manter, e, até, aumentar a fortuna e o poder das famílias envolvidas neste tipo de enlace, no município de São Carlos, interior de São Paulo. Com estes vínculos estabelecidos, a garantia da reprodução social das elites, bem como, de um poder articulado entre seus membros estavam relativamente garantidos.

Por fim, tendo como base as análises realizadas, foi possível constatar que existiu uma manutenção das famílias da elite são-carlense no período estudado, anos de 1873, 1896 e 1904, exercendo seu poder econômico e político no município. Organizada e articulada entre si, seus membros possuíam cargos públicos, participavam ativamente das decisões políticas do município (muitos participaram ativamente das decisões políticas em nível estadual e

nacional), vinculavam-se entre si por meio de uma rede de parentesco e negócios. Sendo assim, esta elite consegue se adaptar às mudanças políticas e sociais deste período permanecendo ativa e influente na economia e política do município de São Carlos de 1873 a 1904.

Referências bibliográficas

ALBERTONI, Ettore A. *Doutrina da Classe Política e Teoria das Elites*. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1990.

ALMANACH de São Carlos do Pinhal – 1894. Editora e Empreza d’O Popular.

ALMANACH ALBUM de São Carlos – 1905. São Carlos do Pinhal, Editor: Joaquim Augusto.

ALMANACH de São Carlos – 1915. São Carlos do Pinhal, Editor: Sebastião de Camargo. Tipografia de Joaquim Augusto.

ALMANACH de São Carlos – 1915 a 1916. São Carlos.

ALMANACK Anuario de São Carlos. Editora da Universidade Federal de São Carlos. Ano 1, nr. 1. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. São Carlos (SP): EDUFSCar, 2007.

BACELLAR, C. de A. P. *Os Senhores da Terra: família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do Oeste paulista, 1765-1855*. Campinas: Centro de Memória-Unicamp, 1997.

BARNABÉ, Israel Roberto. *Elite, Classe Social e Poder Local*. Revista Estudos de Sociologia, v. 4, n. 7, 1999.

DAMIANO, C. O. *Caminhos do Tempo: titulares de logradouros e instituições públicas de São Carlos*. São Carlos: EDFUSCar. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007.

FAUSTO, B. *História do Brasil*. 11.ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

GRYNSZPAN, Mario. *A teoria das elites e sua genealogia consagrada*. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – BIB. Rio de Janeiro, n. 41, 1º semestre de 1996, pp. 35-83.

HOLLANDA, Cristina Buarque de. *Teoria das elites*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

LEME, L. G. da S. *Genealogia Paulistana*. São Paulo: Duprat. v1 ao v9, 1903.

LOVE, Joseph. *A locomotiva: São Paulo na federação brasileira 1889-1937*. Tradução Vera Alice Cardoso da Silva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

MARTINS, Valter. *Nem senhores, nem escravos: os pequenos agricultores em Campinas. 1800-1850*. CMU/UNICAMP, 1996.

MICHELS, Robert. *Sociologia dos partidos políticos*. Brasília. UNB, 1982.

MOSCA, Gaetano. *The Ruling Class. Elementi di Scienza Política*. New York, Toronto, London, McGraw-Hill, 1939.

PICCHI, Gina Salles. Família Salles: depoimento [12 de Dezembro, 2014]. São Carlos. Entrevista concedida a Carla Fernandes da Conceição.

SILVA, Gustavo Pereira. *Família e riqueza na economia paulista: das origens à diversificação do capital dos Lacerda Franco (1803 – 1897)*. 2011. (Tese Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, UNICAMP, Campinas, 2011.

TORRES, Maria Celestina Teixeira Mendes. *Um lavrador paulista do tempo do Império*. Piracicaba – SP: Equilíbrio, 2010, 99 págs.

TRUZZI, O. M. S. (Org.) FONTES ESTATÍSTICO – NOMINATIVAS DA PROPRIEDADE RURAL EM SÃO CARLOS (1873-1940). São Carlos: EdUFSCar, 2004. (Coleção Nossa História). 212p.

TRUZZI, O. M. S. *Café e indústria: São Carlos: 1850-1950*. 3.ed. São Carlos: EdUFSCar; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007.